



**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: PRIMEIRAS
EXPERIÊNCIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINA DE ALONGAMENTO PARA
IDOSOS DE ERECHIM/RS**

Área Temática: Educação

Universidade Federal da Fronteira Sul/*Campus* Erechim (UFFS)

Autores: A. CAVANHI¹; C. MARCON²

Introdução

O aumento da expectativa de vida, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, tem levantado preocupações às entidades públicas devido ao crescimento da população idosa, a qual, segundo o IBGE, ultrapassou 30 milhões em 2017 (IBGE, 2018). Aspectos que, levantam reflexões sobre políticas públicas de prevenção de doenças visto que, (in)diretamente, interferem na qualidade de vida desse grupo e atingem os cofres públicos.

Perspectiva que, já garantida em Lei pelo Estatuto do Idosos, determina a obrigação do Estado em: “[...] garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade” (Capítulo I, Do Direito à Vida, artigo nº. 90º-Lei nº10 741/2003). Dentre essas políticas, destacam-se aquelas voltadas à prática de atividade física, isso em virtude do seu potencial de desenvolver significados socioculturais na vida desses idosos. Tendo em vista que, elas vão além dos benefícios fisiológicos, pois partem de um viés da educação não formal que permite (re)construir o princípio do exercício da cidadania em pessoas idosas.

Assim, nosso objeto relato de experiência tem como foco as primeiras experiências do processo de implementação de oficina de alongamento como ferramenta de desenvolvimento sociocultural entre os idosos da cidade de Erechim/RS. Isso, atendendo ao critério 1.3 do evento, logo que o projeto tem caráter extensionista, assim que há diálogo entre os órgãos municipais e a UFFS *Campus* Erechim/RS. Bem como, aproxima-se das pesquisas realizadas

¹ Allana Carla Cavanhi, aluna PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas-UFFS *Campus* Erechim.

² Carine Marcon, aluna PPG Profissional em Educação-UFFS *Campus* Erechim.

sobre educação popular, extensão universitária e políticas públicas, nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Profissional em Educação.

Metodologia

Na condição de relato de experiência, este trabalho foca em uma oficina gratuita de alongamento para pessoas idosas, acima de 60 anos, do município de Erechim/RS, como uma política pública inserida no contexto da Prefeitura Municipal da cidade em diálogo com a UFFS. Para a realização desse trabalho, utilizou-se de revisão de literatura para, futuramente, analisar de forma criteriosa o processo de implementação e os impactos socioculturais na vida dos idosos participantes dessa oficina com base nos diálogos e na participação dos mesmos. Considera-se que, esse estado da arte possibilitou o fortalecimento das bases para discussão e entendimento do uso dessa oficina como uma forma de educação não formal que colabora positivamente para a prática da cidadania dos idosos. Por fim, destaca-se que esse relato é parte de um trabalho que vem sendo desenvolvido para pesquisa de mestrado portanto, ainda não apresenta conclusões, mas sim observações e percepções a cerca dessa fase inicial.

Desenvolvimento e processos avaliativos

A oficina de alongamento como uma política pública voltada para idosos partiu das propostas de trabalho oferecidas pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) de Erechim, os quais ofertam diversas atividades como práxis de fortalecimento de vínculos em grupos, a fim de promover a inserção dos idosos em diferentes espaços sociais. Nesse sentido, pautando-se nas percepções e benefícios desses participantes que estão assistidos pelos CRAS, é que se constituiu um projeto de atividade física comunitária com a intenção de expandir tais políticas aos demais sujeitos que não se enquadram a esse serviço. Tal demanda, é de grande relevância para a população em geral visto que, a prática atividade física em coletivos, além de promover saúde física, promove saúde mental. Ao passo que, a interação social dos participantes, o compartilhamento de conhecimentos e a convivência, são fatores que contribuem para um envelhecimento ativo e saudável, promovendo o fortalecimento e a prática cidadã, dando voz a esses sujeitos que, muitas vezes, são silenciados pela sociedade.

Fato que interfere (in)diretamente no processo natural de envelhecer da população em maturação, pois a partir dessas ações, é possível modificar e (re)construir hábitos, culturas e conhecimentos. Assim que, as oficinas com seu viés de educação não formal “[...]tem campo próprio, tem intencionalidades, seu eixo deve ser formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos” (GOHN, p. 33, 2010). Modificações que, nesse processo inicial, já são

visíveis entre os participantes da oficina de alongamento, a qual tem cerca de 30 (trinta) idosos inscritos, dos quais estão todos assíduos e relatam a satisfação em poder participar de atividades desse caráter e de forma gratuita. Muitos destacam também a importância desse processo pelo simples ato de “sair de casa”, e estarem incluídos em um espaço público de circulação de outras pessoas. Além disso, destacam algumas evoluções físicas, das quais os motivam, uma vez que, a maioria dos participantes apresentam algum problema de saúde.

Já com relação aos impactos dessas oficinas de caráter extensionista na vida acadêmica de futuras mestres, destaca-se a importância dessas práticas visto que permitem o diálogo e a interação com aqueles que não são nossos pares acadêmicos, assim, aproximando a comunidade e a universidade. Com isso, propondo-a como instrumento de análise social, que verifica as demandas, perspectivas e culturas da população idosa. Nos permitindo não apenas um diagnóstico das circunstâncias encontradas, mas sim, uma reflexão a respeito de políticas e ações direcionadas a promoção da qualidade de vida da população em geral, e de que modo a universidade tem participado nessas demandas comunitárias através extensão.

Considerações Finais

Por fim, neste primeiro momento da pesquisa, pode-se verificar que a prática de oficinas de atividade física é recebida positivamente pela comunidade local, e que elas servem como ferramenta de construção coletiva da população em envelhecimento, na medida que promovem, não somente benefícios físicos aos participantes, mas também a (re)inserção desses sujeitos no convívio sociocultural a partir de práxis coletivas. Também, cabe considerar que, mesmo de modo inicial, essas práticas já apontam sua relevância como objetos de análise das políticas sociais e de extensão.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm >. Acessado em: 08/03/2019.

GOHN, Maria da G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. 4. Reimpressão, São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua: Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Agência notícias IBGE, publicado em 24/04/2018 e atualizado em 01/10/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em2017?>>

fbclid=IwAR26Si7qBnrcaWBilx6_kCbgBgn91PiFTaTxZclRazVUYQ9MALJ_r9M2i-4>.
Acessado em: 08/03/2019.